

1 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS Criado pela Lei

2 Municipal n. 1767, de 11 de Junho de 1999,
3 Alterada pela Lei Municipal n. 2984, de 25 de abril de 2014,
4 Alterada pela Lei Municipal nº 2987, de 14 de maio de 2014.

5
1 Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de junho de dois mil e dezenove, na
2 Seção de Participação Comunitária, sito na Rua XV de Novembro, nº 183, Centro, Santos,
3 teve início à quinta assembleia geral ordinária do **Conselho Municipal de Políticas**
4 **sobre Drogas**, com a presença dos conselheiros e colaboradores, cuja assinatura consta
5 na lista de presença acostada ou anexa como parte integrante a esta ata. Iniciamos com a
6 reunião das **Câmaras Setoriais** que seguiu e se encerrou às nove horas e quarenta e
7 cinco minutos iniciando assim a assembleia geral ordinária. **Item I da pauta: Apreciação**
8 **e Deliberação da ata da Assembleia anterior.** A vice-presidente inicia a reunião
9 questionando a necessidade da leitura da ata anterior, não sendo necessária a leitura,
10 pois a maioria dos presentes aprova a ata anterior, sendo assim passamos para o
11 próximo item da pauta. **Item II da pauta: Informes da diretoria.** Foram apresentados os
12 valores identificados do Fundo Nacional do Comad. Wilmara diz que há alguns anos atrás
13 essa conta foi criada e que a princípio constava um saldo anterior por volta de R\$
14 10.000,00 reais, e que através de contribuições pelos carnês do IPTU do município, hoje
15 estamos com um saldo de R\$ 24.599,60 centavos e que essa verba deve ser destinada
16 para ações de prevenção e redução das demandas de álcool e outras drogas. Cynira diz
17 que então esta situação esta empacada na questão de que esse fundo seja gerido pela
18 Secretaria de saúde. Também foi informado aos conselheiros sobre o encaminhamento do
19 email ao Francisco (ex-presidente), reforçando convite para sua participação; e solicitando
20 informações sobre: o fundo municipal - se já foi utilizado, se chegou a receber destinação
21 de IPTU e sobre a política municipal sobre drogas, aprovada no Comad em 2016 - se,
22 como se prevê na resolução normativa, foi criada comissão intersectorial de monitoramento
23 e fiscalização, e se foi encaminhada a Câmara, para garantir orçamento pela LOA (Lei
24 Orçamentária Anual- é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as
25 despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano). Foram levantados os
26 valores recebidos pelo Fundo Nacional de Saúde, entre 2011 e 2016 e que essas
27 informações foram apresentadas às comissões de saúde e direitos humanos da Câmara
28 Municipal - entregue em mãos à Vereadora Telma, que as preside. **Item III da pauta:**
29 **Informes e proposta de pauta das Câmaras Setoriais.** A vice-presidente pede a
30 participação dos trabalhadores do Espaço de Participação para verificar o que pode ou
31 não ser divulgado pelo facebook e no Diário Oficial, como o Ricardo ainda não estava

6 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS Criado pela Lei

7 Municipal n. 1767, de 11 de Junho de 1999,
8 Alterada pela Lei Municipal n. 2984, de 25 de abril de 2014,
9 Alterada pela Lei Municipal nº 2987, de 14 de maio de 2014.

10
32 presente vamos aguardar para que esse item possa ser respondido. Continua citando
33 sobre a página que foi aberta no facebook, mas, como está atrelada ao face da vice-
34 presidente, não se consegue acessar. Continua propondo que se construíssem ações no
35 decorrer do ano em comemoração aos 20 anos do COMAD, que acontece no dia 11 de
36 maio. Seguindo, sobre a câmara de legislação, sugerisse avaliar o processo que veio,
37 propondo alteração da composição frente à reforma administrativa, substituindo a
38 representação de assuntos portuários pela secretaria de governo, que a executiva avaliou
39 como interessante e já solicitando a necessidade da mudança de Lei de composição do
40 COMAD e que também se altere a Lei que cria o Fundo Municipal, pelo mesmo motivo da
41 reforma administrativa, vinculando o Conselho à secretaria de Governo. Wilmara cita que
42 esse fundo estava sendo administrado e gerenciado pela Secretaria Municipal de Defesa
43 da Cidadania que hoje não existe mais. Cynira diz que esta tentando entender essa
44 situação, e prefere se interar melhor para poder opinar. Solano diz que é necessário abrir
45 uma conta no banco e criar uma comissão responsável por essa conta para monitora-la.
46 Sobre a câmara de planejamento, Rafael da secretária de saúde, relata sobre a visita que
47 foi realizada no CAPS-AD como havia sido planejado no dia 18/05, por Annie Prado
48 (conselheira e 1ª secretária do COMAD), Solano (conselheiro do COMAD), Rafael
49 (acompanhante terapêutico do CAPS-AD e conselheiro do COMAD), Márcia
50 (colaboradora do COMAD da Secretaria de Educação) e Natália (gerente do CAPS-AD)
51 onde visitaram as instalações e realizaram o relatório e Rafael questiona pra onde será
52 encaminhado essa relatório, a diretoria informa que será encaminhado para o secretário
53 de saúde, CMS, gabinete do prefeito entre outras secretarias pedindo agenda e
54 providências. Rafael cita que além de apresentar as irregularidades e condições em que o
55 imóvel se encontra apontar uma solução fazendo menção do imóvel na Av. Bernardino de
56 Campos 341, que avaliaram como interessante para novas instalações do CAPS-AD.
57 Solano relata sobre as dimensões do terreno e Rafael já acrescenta que seria importante
58 apresentar o problema e a solução e que já foi apresentado na reunião da comissão de
59 saúde mental no mês de maio com Pablo Muniz coordenador da saúde mental, esse falou
60 sobre duas propostas que ele tinha essa casa da Av. Bernardino e Campos e um terreno
61 que seria para construção, mas, em longo prazo. Rafael diz que isso seria importante a
62 construção mas que provisoriamente, mesmo não reunindo todos os requisitos

11 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS Criado pela Lei

12 Municipal n. 1767, de 11 de Junho de 1999,
13 Alterada pela Lei Municipal n. 2984, de 25 de abril de 2014,
14 Alterada pela Lei Municipal nº 2987, de 14 de maio de 2014.

15
63necessários, poderiam ser transferidos para esse outro local. Solano entrega também um
64relatório de uma visita que foi feita com o vereador Fabrício no CAPS-AD, no dia 13 de
65maio. Wilmara cita a importância da criação da comissão de fiscalização e monitoramento
66e sobre o PPA do município que consta a ampliação do atendimento psicossocial de
67álcool e outras drogas.

68**Item IV da pauta: Mudança da Política sobre Drogas.** Não foi possível discutir.

69**Item V da pauta: Revisão do Plano Municipal sobre Drogas.** Talita (vice-presidente)
70informa que Luciana (presidente) fez um levantamento com demonstrativo de verba sobre
71o pacto do município com o Programa Crack é possível vencer entre o anos 2011 até
722016, onde a resolução aprova o Plano Municipal sobre drogas que prevê a implantação
73de três CAPS-AD III (com funcionamento 24 horas) e ações de redução de danos em
74campo. Informa também sobre a reunião que a diretoria executiva terá com o Secretário
75de Saúde que está marcada para o dia 18/06/2019, onde estaremos levando esses dados
76e que inclusive foi demonstrado em reunião com a vereadora Telma de Souza.

77**Item VI da pauta: Violência com o povo da rua.** A vice-presidente Talita, Sobre a pauta
78de violência - proposta encaminhar para a secretaria de segurança pública a denúncia
79com nome e placas da moto, pedindo agenda, e publicização das orientações aos
80policiais.

81**Item VII da pauta: Assuntos Gerais.** Solano cita sobre o desvio de verba que houve na
82zona noroeste onde no local onde foi construído um CAPS saúde mental, sabe-se que
83deveria ter sido construído um CAPS-AD III 24 horas, e que, até o presente momento
84mesmo com a urgência desse equipamento não foi contemplado voltando assim à estaca
85zero e na hora de ser entregue descobriram que o CAPS-AD estava sendo construído em
86frente ao quinto distrito e isso causou constrangimento para a população usuária desse
87serviço. Solano reforça dizendo que no final ficamos sem esse serviço e que estão
88querendo alugar uma casa para que se torne 24 horas. Solano também relata que as
89visitas nas comunidades terapêuticas não acontecem porque não chegam os processos
90aqui para analisarmos, passam pelo conselho de saúde uma semana antes de vencer o
91termo de fomento e é aprovado as pressas lá, questiono porque não passo pelo COMAD,
92mas não há resposta. Foi proposta que a próxima assembleia seja realizada no CAPS ad

16 CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS Criado pela Lei

17 Municipal n. 1767, de 11 de Junho de 1999,
18 Alterada pela Lei Municipal n. 2984, de 25 de abril de 2014,
19 Alterada pela Lei Municipal nº 2987, de 14 de maio de 2014.

20
93 para a verificação de todos os conselheiros acerca das condições precárias do serviço.

94 Nada mais havendo a ser tratado a vice presidente agradece a presença de todos e a
95 reunião se deu por encerrada às 10:54hs, tendo sido lavrada a presente ata.

96 TALITA DUARTE

WILMARA PEREIRA VASQUES

97 VICE PRESIDENTE COMAD

2ª SECRETARIA COMAD